



MSIG

Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.
CNPJ/MF Nº 33.016.221/0001-07

Demonstrações
Financeiras | 2018

ÍNDICE

- 3** Relatório da Administração
- 4** Balanços Patrimoniais
- 5** Demonstrações dos Resultados
- 5** Demonstrações dos Resultados Abrangentes
- 6** Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
- 6** Demonstrações dos Fluxos de Caixa
- 7** Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
- 21** Diretoria
- 21** Contador
- 21** Atuário
- 22** Parecer dos Atuários Independentes
- 23** Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018 da Mitsui Sumitomo Seguros S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Empresa

A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. faz parte do MS&AD Insurance Group, que está presente em 46 países e regiões ao redor do mundo, e detém a maior participação em prêmios de seguros não vida no Japão, tendo em suas linhas de negócios seguros de vida, individuais e corporativos, negócios internacionais, serviços financeiros e gestão de riscos.

Desempenho e Investimentos

2018 foi um ano desafiante, impactado por mudanças regulatórias, redução da taxa de juros, mudanças na dinâmica de precificação e comercialização dos produtos de seguros, além do contínuo problema na segurança pública de vários estados e da mais longa crise econômica que o Brasil já passou. Para a Mitsui Sumitomo Seguros foi um ano de preparação para esse novo ambiente, através de investimentos para o desenvolvimento de uma nova ferramenta de precificação de produtos massificados, contratação de especialistas e desenvolvimento de processos digitais, além de forte foco em eficiência operacional. No ano, continuaram os investimentos em tecnologia, na capacitação dos recursos humanos e da força comercial e no crescimento dos negócios de RE (Patrimonial) e Transportes, que têm apresentado margens satisfatórias. Também, a readequação da estrutura fez parte das ações de 2018, para contar com estrutura de custos mais adequada em 2019. Em 2018, os Prêmios Emitidos da Companhia alcançaram o montante de R\$ 473 milhões, o que representa uma redução de 7,2% quando comparado ao ano anterior, em razão da queda de receita no ramo de Automóveis e de DPVAT, que no conjunto tiveram redução de 23,5%. Por outro lado, destacam-se os grupos de ramos Patrimonial e Transportes que cresceram 18,7% e 6%, respectivamente. Os Prêmios Ganhos tiveram redução de 3,5% e totalizaram R\$ 474 milhões, em decorrência da queda em Prêmios Emitidos, e, ainda, da alteração da mensuração da provisão de prêmios não ganhos - PPNG em relação aos custos iniciais de contratação (CIC), que a partir de 2018 deixou-se de considera-los, cujo impacto estimado foi de R\$ 10,9 milhões no ano. A sinistralidade teve aumento de 2,5 pontos percentuais, passando de 60,3% em 2017 para 62,8% em 2018, decorrente, principalmente, do impacto negativo em Prêmios Ganhos em razão da eliminação do reconhecimento do CIC. As Despesas Administrativas atingiram o montante de R\$ 92,6 milhões, representando 19,6% dos Prêmios Ganhos e crescimento de 11,5% em relação ao ano anterior. O Resultado Financeiro totalizou no exercício R\$ 35,6 milhões, valor R\$ 20,4 milhões inferior ao obtido no ano de 2017, impactado pela significativa redução das taxas de juros. Nesse contexto, a Companhia obteve em 2018 um prejuízo de R\$ 36,8 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 119 mil no ano anterior.

Políticas de reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que aos acionistas sejam atribuídos dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista em lei, e o saldo remanescente fica à disposição para deliberação da Assembleia Geral.

Agradecimentos

Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e órgãos de classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do ano e principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 26/02/2019.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo/Circulante		558.695	463.100
Disponível		<u>5.382</u>	<u>5.616</u>
Caixa e bancos		5.359	5.597
Equivalentes de caixa		23	19
Aplicações	7.1	<u>256.511</u>	<u>163.031</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>126.501</u>	<u>140.076</u>
Prêmios a receber	8.1	115.845	126.621
Operações com seguradoras	9	3.982	2.963
Operações com resseguradoras	10.1	6.674	10.492
Outros créditos operacionais	11	<u>13.827</u>	<u>14.749</u>
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10.1(c)	<u>105.799</u>	<u>83.994</u>
Títulos e créditos a receber		<u>4.549</u>	<u>6.306</u>
Títulos e créditos a receber		1.841	3.956
Créditos tributários e previdenciários	12.1	2.485	2.099
Outros créditos		223	251
Outros valores e bens - Bens à venda	14.1	<u>3.009</u>	<u>4.427</u>
Empréstimos e depósitos compulsórios		<u>7</u>	<u>3</u>
Despesas antecipadas		<u>1.322</u>	<u>1.417</u>
Custos de aquisição diferidos - seguros	13.1	<u>41.788</u>	<u>43.481</u>
Não Circulante		434.904	528.577
Realizável a Longo Prazo		394.605	487.968
Aplicações	7.1	<u>383.009</u>	<u>482.444</u>
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10.1(c)	<u>4.908</u>	<u>4</u>
Títulos e créditos a receber		<u>2.548</u>	<u>2.329</u>
Títulos e créditos a receber		151	241
Créditos tributários e previdenciários	12.1	350	436
Depósitos judiciais e fiscais		1.893	1.434
Outros créditos operacionais	11	154	218
Custos de aquisição diferidos - seguros	13.1	<u>4.140</u>	<u>3.191</u>
Imobilizado	15.1	<u>13.584</u>	<u>13.272</u>
Imóveis - uso próprio		9.285	9.891
Bens móveis		2.842	2.849
Outras imobilizações		1.457	532
Intangível	16.1	<u>26.715</u>	<u>27.337</u>
Total do Ativo		993.599	991.677
	Nota	2018	2017
Passivo/Circulante		563.519	537.974
Contas a pagar		<u>23.961</u>	<u>20.330</u>
Obrigações a pagar	17	10.191	5.503
Impostos e encargos sociais a recolher		8.547	8.856
Encargos trabalhistas		4.151	4.309
Impostos e contribuições		1.072	1.662
Débitos de operações com seguros e resseguros		<u>58.072</u>	<u>55.493</u>
Prêmios a restituir		44	73
Operações com seguradoras		2.839	2.988
Operações com resseguradoras	10.2	30.492	26.140
Corretores de seguros e resseguros		22.948	24.938
Outros débitos operacionais		1.749	1.354
Depósitos de terceiros	19	<u>2.446</u>	<u>1.258</u>
Provisões técnicas de seguros	18.1	<u>479.040</u>	<u>460.893</u>
Danos		473.780	456.788
Pessoas		5.260	4.105
Não Circulante		25.843	16.210
Contas a pagar		<u>1.527</u>	<u>1.019</u>
Obrigações a pagar	17	540	-
Tributos diferidos		987	1.019
Provisões técnicas de seguros	18.1	<u>20.826</u>	<u>12.995</u>
Danos		20.826	12.995
Outros débitos		<u>3.346</u>	<u>2.092</u>
Provisões judiciais	20.1	3.346	2.092
Débitos diversos		<u>144</u>	<u>104</u>
Patrimônio Líquido	21	<u>404.237</u>	<u>437.493</u>
Capital social		619.757	619.757
Reserva de reavaliação	15.1	1.206	1.245
Ajustes de avaliação patrimonial		2.691	(846)
Prejuízos acumulados		<u>(219.417)</u>	<u>(182.663)</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		993.599	991.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prêmios emitidos	22.2	472.752	509.363
Varição das provisões técnicas de prêmios		868	(18.549)
Prêmios Ganhos	22.1	473.620	490.814
Receita com emissão de apólices		4.112	4.029
Sinistros ocorridos	22.3	(297.661)	(295.725)
Custos de aquisição	22.4	(93.040)	(91.412)
Outras receitas e despesas operacionais	22.5	(19.243)	(24.683)
Resultado com Resseguro	22.6	(33.402)	(41.138)
Receita com resseguro		36.454	18.682
Despesa com resseguro		(69.856)	(59.820)
Despesas administrativas	22.7	(92.642)	(83.066)
Despesas com tributos	22.8	(13.591)	(12.349)
Resultado financeiro	22.9	35.604	55.957
Resultado patrimonial		275	13
Resultado Operacional		(35.968)	2.440
Ganhos e perdas com ativos não correntes		77	44
Resultado antes dos Impostos e Participações		(35.891)	2.484
Imposto de renda	22.10	-	(541)
Contribuição social	22.10	-	(497)
Participações sobre o resultado		(933)	(1.327)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		(36.824)	119
Quantidade de Ações		290.180.641	290.180.641
Lucro Líquido (Prejuízo) Básico e Diluído por Lote de Mil Ações - R\$		(0,13)	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(36.824)	119
Outros resultados abrangentes	3.537	2.800
Ajustes de títulos e valores mobiliários	3.537	2.800
Resultado Abrangente Total do Exercício	(33.287)	2.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste TVM	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016		619.757	1.283	(3.646)	(182.851)	434.543
Reserva de reavaliação - Realização	15.1/21	-	(38)	-	69	31
Títulos e valores mobiliários		-	-	2.800	-	2.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	119	119
Saldos em 31/12/2017		619.757	1.245	(846)	(182.663)	437.493
Reserva de reavaliação - Realização	15.1/21	-	(39)	-	70	31
Títulos e valores mobiliários		-	-	3.537	-	3.537
Prejuízo do exercício		-	-	-	(36.824)	(36.824)
Saldos em 31/12/2018		619.757	1.206	2.691	(219.417)	404.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	(36.824)	119
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9.071	7.337
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	666	(109)
Ganho na alienação de imobilizado	(181)	-
Varição nas Contas Patrimoniais:		
Ativos financeiros	9.492	(39.301)
Créditos das operações de seguros e resseguros	13.143	13.813
Ativos de resseguro	(26.709)	24.112
Créditos fiscais e previdenciários	(300)	358
Depósitos judiciais e fiscais	(459)	384
Despesas antecipadas	95	(5)
Custos de aquisição diferidos	744	(6.353)
Outros ativos	4.399	(1.575)
Impostos e contribuições	(381)	290
Outras contas a pagar	4.530	2.543
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.579	(8.648)
Depósitos de terceiros	1.188	(1.968)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	25.978	7.870
Provisões judiciais	1.254	1.059
Outros passivos	(203)	(22)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	8.082	(96)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	275	13
Imposto sobre o lucro - pagos	(10)	(190)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	8.347	(273)
Atividades de Investimento		
Recebimento pela Venda:		
Imobilizado	376	47
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(2.230)	(161)
Intangível	(6.727)	(10.010)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(8.581)	(9.378)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(234)	(10.397)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.616	16.013
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5.382	5.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Alameda Santos, nº 415 - 1º ao 5º e 9º andares, cujo controlador em última instância é a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd.. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas, em qualquer de suas modalidades. As demonstrações financeiras da Seguradora foram aprovadas pela Administração em 26/02/2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e representam aquelas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e são ajustadas ao valor justo, quando aplicável, para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os saldos patrimoniais e transações relativos ao ramo DPVAT foram registrados pela Seguradora conforme sua participação no Consórcio do Seguro DPVAT, com base nos informes recebidos da Seguradora Líder. A preparação dessas demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as demonstrações das mutações do patrimônio, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.3. Demonstração dos resultados abrangentes:** A demonstração dos resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs. **2.4. Operações descontinuadas:** Não houve atividade descontinuada no exercício findo em 31/12/2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas: **3.1. Moeda funcional:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. **3.2. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. São contabilizadas, também, as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão. Os prêmios de cosseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações de cosseguro (propostas) das congêneres e diferidos para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho, tendo a maioria das apólices emitidas o prazo de vigência de 12 meses. Os agenciamentos das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de forma linear pelo prazo de vigência das apólices. Os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente a provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos das resseguradoras. **3.3. Contratos de seguros:** De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros". Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados principalmente por sinistros a recuperar e provisões técnicas. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos às resseguradoras são compostos, substancialmente, por prêmios devidos por contratos de resseguro. **3.4. Instrumentos financeiros:** A adoção inicial do CPC 48 é para exercícios iniciados em/ou após 1º/01/2018, com isenção opcional para as entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4/CPC 11) que será para exercícios iniciados em/ou após 1º/01/2021, conforme mencionado na nota 6. Conforme termo de aprovação do CPC 48, datado de 4/11/2016, as entidades seguradoras poderão continuar a utilizar CPC 38 até 31/12/2020. A Companhia não adotou para o exercício de 2018 o CPC 48, não havendo impactos para essas demonstrações financeiras. **a) Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado se: • For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. São demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

ii) **Investimentos mantidos até o vencimento:** Correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. iv) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **b) Passivos financeiros:** São classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **c) Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial:** Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável. A tabela a seguir apresenta a composição dos principais ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos, e os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado:

	Nível	2018	2017
Ativos financeiros		786.492	808.570
Ao valor justo por meio do resultado		164.858	162.986
Equivalentes de caixa	1	23	19
Fundos de investimento - DPVAT	1	135.753	126.173
Fundos de investimento	1	29.082	36.794
Disponíveis para venda		474.055	481.906
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	350.503	388.132
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	123.552	93.774
Empréstimos e recebíveis		147.579	163.678
Créditos das operações com seguros e resseguros		126.501	140.076
Outros créditos operacionais		13.981	14.967
Títulos e créditos a receber		7.097	8.635
Passivos financeiros ao custo amortizado		83.560	76.842
Contas a pagar		25.488	21.349
Débitos de operações com seguros e resseguros		58.072	55.493

Os saldos contábeis dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam de seus respectivos valores justos, devido ao prazo médio de recebimento e pagamento serem de curto prazo. As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. O valor justo dos títulos públicos é apurado com base nos preços de mercados secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. **3.5. Redução ao valor recuperável (Impairment): a) Ativos financeiros:** A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida. Perdas de valor nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. **b) Ativos não financeiros:** De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, os valores contabilizados como ativos não financeiros a fim de verificar se os mesmos não estão registrados em valor superior àquele passível de recuperação. Caso isto seja identificado, é estimado o valor recuperável do ativo e reconhecido contabilmente a eventual desvalorização dos ativos. O valor recuperável, segundo o CPC, é o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e o seu valor em uso. Caso o valor contábil seja menor, não haverá desvalorização do ativo. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **3.6. Equivalentes de caixa:** São representados por instrumentos financeiros não vinculados a cobertura de reservas técnicas de seguros e, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. **3.7. Outras aplicações:** Em 2018, a Seguradora apresentava o saldo de R\$ 630 (2017 - R\$ 602), que representa basicamente a participação na Seguradora Líder S.A (convênio DPVAT) no montante de R\$ 566 (2017 - R\$ 538). Pelo fato dessas aplicações não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

apresentarem um mercado ativo em função do volume de transações negociadas e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo. **3.8. Crédito das operações de seguros:** Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico que leva em consideração o percentual médio de perda histórica. A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base no princípio da discricionariedade, onde, mensalmente, a Seguradora realiza o controle e a avaliação individual de todos os valores a recuperar, efetuando a redução ao valor recuperável em todas as situações nas quais se obtenha evidência de não recuperabilidade dos valores, formalizadas através de correspondência e/ou e-mail. São desconsiderados os itens de contratos facultativos que estão em processo de negociação, itens de contratos automáticos em que o pedido de recuperação será incluído nas próximas prestações de contas ou itens onde exista divergência sobre os montantes ou entendimento das coberturas entre as partes. A provisão para riscos de créditos com cosseguo cedido é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica. Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.9. Outros valores e bens: Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais cujas correspondentes indenizações já foram pagas, aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. **3.10. Depósitos judiciais:** A Seguradora possui depósitos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis que são registrados em base histórica no grupo "Títulos e Créditos a Receber" no Ativo não circulante. São mantidos no Ativo sem dedução das correspondentes provisões para contingências. **3.11. Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por móveis, imóveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, e são reconhecidos no resultado do período. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A reavaliação total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em 03/2006 será mantida até sua realização. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis, 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 33,33% para benfeitorias em imóveis de terceiros. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revistos a cada encerramento de exercício. Uma perda no valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. **3.12. Intangível:** O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. **3.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 ao ano para imposto de renda. A Medida Provisória nº 675, de 21/05/2015 convertida na Lei nº 13.169, de 2015 e regulamentada pela instrução normativa nº 1.591/15 da RFB aumentou a alíquota da CSLL para 20%, no período compreendido entre 1º/09/2015 e 31/12/2018, e voltando a 15% a partir de 1º/01/2019. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido passivo é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os "Valores Justos". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.14. Provisões técnicas de seguros:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, descritos a seguir: • **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Corresponde ao montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e emitidos na data-base de cálculo, calculado através do método "pro rata dia", em conformidade com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e com a legislação vigente. A partir de 1º/01/2018, em atendimento a Circular SUSEP nº 543/16, a parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação deixou de ser deduzida da base de cálculo da PPNG. A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, corresponde à estimativa do montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e não emitidos na data-base de cálculo. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. • **Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER:** Corresponde ao somatório das estimativas de pagamento dos sinistros que encontram-se em processo de análise e pendentes de liquidação. A metodologia de cálculo da provisão de sinistros a liquidar - PSL, prevista em Nota Técnica Atuarial, também contempla a metodologia para estimativa da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER (*Incurred But Not Enough Reported*), que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros, líquidos das estimativas de Salvados e Ressarcimentos. Esta prática atuarial é adotada em função da PSL não contemplar qualquer tipo de estimativa de recuperação de Salvados e/ou Ressarcimentos. • **Provisão de despesas relacionadas - PDR:** Corresponde à estimativa do montante de despesas que serão pagas em decorrência de sinistros incorridos. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial. • **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNYR (*Incurred But Not Yet Reported*):** Corresponde à estimativa do montante de sinistros ocorridos mas ainda não avisados pelos segurados ou beneficiários à Seguradora, até a data-base das demonstrações financeiras. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNYR do ramo DPVAT é constituída conforme inicialmente previsto na Resolução CNSP nº 342/16 e nas respectivas atualizações normativas. • **Teste de adequação de passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de seguro em curso na data de execução do teste. O teste de adequação de passivos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, está em acordo com o disposto nas Circulares

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e tem como objetivo avaliar, na data-base das demonstrações financeiras, se as provisões técnicas constituídas estão suficientes para garantir as obrigações assumidas decorrentes dos contratos de seguro. Desta forma, através do teste de adequação do passivo, efetua-se a comparação entre o valor presente das estimativas dos fluxos de pagamentos decorrentes dos riscos assumidos e o montante de provisões técnicas constituído na data-base de cálculo. Na elaboração do teste de adequação do passivo consideram-se, através do valor contábil, todos os passivos de contratos de seguros, em acordo com o CPC 11, deduzidos de qualquer custo de aquisições diferido e qualquer ativo intangível relacionado aos mesmos. Caso sejam identificadas quaisquer insuficiências as mesmas devem ser registradas no mês-base de apuração, como uma despesa no resultado do período, primeiramente efetuando-se a redução do valor dos custos de aquisições diferidos relacionados ou dos ativos intangíveis relacionados e, subsequentemente, constituindo-se a provisão técnica denominada Provisão Complementar de Cobertura - PCC. Os cálculos realizados para 2018 e 2017 não identificaram insuficiência no passivo constituído. **3.15. Provisões judiciais:** As provisões judiciais estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **a) Não relacionadas a sinistros:** A Seguradora avalia as suas contingências passivas através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingente. São constituídas pela Administração levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. São compostos por casos que estão "fora de vigência" (ou sem apólice) e os danos morais não cobertos pelo contrato. **b) Relacionadas a sinistros:** São constituídas em conformidade com a metodologia descrita na Nota Técnica Atuarial da provisão de sinistros a liquidar (PSL). São compostos por eventos que são ligados à natureza da operação de seguros, com apólice vigente (ainda que não tenha cobertura). **3.16. Benefícios aos empregados: a) Benefícios de curto prazo:** A Seguradora possui o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, cujo objetivo é ampliar a conscientização dos funcionários às variáveis dos negócios e do seu papel ativo na melhoria dos níveis de produtividade e qualidade na empresa, amadurecimento em relação às necessidades e expectativas de clientes e sinergia entre as áreas. Mensalmente é contabilizada uma provisão de participação nos lucros, conforme parâmetros estabelecidos na política de participação nos lucros da Seguradora. **b) Benefícios por desligamento:** Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: i) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho; ii) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na empresa. **3.17. Lucro/prejuízo líquido por ação:** O lucro por ação básico da Seguradora para o período é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações. As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que se entendem como razoáveis e relevantes. A Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras: **4.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido/baixado pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrá-lo, e o montante a ser registrado do ativo fiscal, conforme nota explicativa nº 12.2. **4.2. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos períodos nenhum ativo apresentou valor recuperável inferior ao seu valor contábil. **4.3. Provisões judiciais:** A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas em conformidade com metodologias descritas em Nota Técnica Atuarial e/ou Manuais de Procedimento. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **4.4. Provisão para riscos sobre créditos:** A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.8 é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis. **4.5. Provisões técnicas de seguros e teste de adequação de passivos - TAP:** Para apuração das provisões técnicas de seguros e do teste de adequação de passivos são utilizadas premissas cujas definições, por parte da Administração da Seguradora, ocorrem em conformidade com o descrito na nota explicativa nº 3.14.

5. FATORES DE RISCOS E GERENCIAMENTO

5.1. Fatores de risco: a) Risco de seguro: O risco de seguro pode ser definido como sendo a possibilidade de ocorrência de evento previsto em contrato de seguro, desde que, a mesma seja futura e incerta na data de início de vigência do referido contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

Neste contexto, o contrato de seguro é definido como sendo o instrumento através do qual a Seguradora aceita o risco de seguro transferido pelo segurado, concordando em pagar indenização na possibilidade de ocorrência do evento previsto no referido instrumento e desde que o mesmo afete o segurado negativamente. O principal risco significativo assumido nos contratos de seguro vigentes refere-se à possibilidade da frequência e/ou severidade dos sinistros serem superiores às respectivas estimativas, obtidas a partir de metodologias de cálculo descritas em notas técnicas atuariais. Desta forma, as diversas áreas da Seguradora agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e/ou avaliação de processos, de forma a mitigar a possibilidade de ocorrência do risco significativo. No processo de avaliação dos referidos riscos, a experiência histórica e as boas práticas estatísticas e atuariais demonstram que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor deve ser a variabilidade sobre os fluxos de caixa referentes às obrigações relacionadas aos riscos assumidos. Com base nestes pressupostos a estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros com o objetivo de assegurar o balanceamento da carteira segurada, agrupando-se de riscos com características similares para fins de análise e gestão, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. A referida estratégia é revisada anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. Adicionalmente, a Seguradora mantém contratos de resseguro para proteção das diversas carteiras seguradas, com os objetivos de mitigar a exposição contra riscos significativos e riscos de natureza catastrófica e de homogeneizar a distribuição das somas seguradas inerentes aos riscos assumidos. i) **Concentração de riscos:** O quadro a seguir mostra a distribuição de risco por região e linha de negócios, baseada nos prêmios emitidos líquido de cosseguro e resseguro nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros e cosseguro abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

Grupo de ramos	Proporção (%)				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Automóvel	4,3	8,5	2,9	56,9	27,4
Patrimonial	4,5	2,6	5,5	47,7	39,8
Transportes	6,1	0,6	2,3	71,0	20,0
Demais ramos	0,6	3,9	5,6	66,6	23,4
Em 31/12/2018	4,3	6,5	3,4	57,6	28,2
Em 31/12/2017	4,0	7,0	3,1	59,2	26,7

ii) **Análise de sensibilidade:** O montante de sinistros sob responsabilidade da Seguradora é afetado por variações nas respectivas distribuições de frequência e/ou severidade, originadas a partir da influência de diversos fatores. De forma a exemplificar os referidos fatores, mas não nos limitando àqueles a seguir descritos, podemos mencionar: mudanças climáticas, comportamento dos motoristas, estado de conservação das vias rodoviárias, aumento da frota circulante de veículos automotores, mudanças na situação econômica do país e os respectivos impactos na criminalidade e nos índices de roubo e furto. Desta forma, com o objetivo de simular o efeito de variações nas distribuições de frequência e/ou severidade dos sinistros sob responsabilidade da Seguradora, a tabela abaixo demonstra a sensibilidade do Resultado e do Patrimônio Líquido, bruto de impostos, às hipóteses de variações de 10 pontos percentuais na sinistralidade observada em 31/12/2018:

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido
Aumento em 10% na sinistralidade	(29.766)	(29.766)	(26.121)	(26.121)
Redução em 10% na sinistralidade	29.766	29.766	26.121	26.121

b) Risco de mercado: O risco de mercado caracteriza-se como a possibilidade de perda de ativos financeiros pela variação inesperada de seus preços, em decorrência de alteração de fatores como: taxa de juros, flutuações cambiais, inflação e/ou alterações nas condições de liquidez de títulos ou mercados. Para mitigar o risco de mercado e minimizar possíveis impactos negativos no resultado e no patrimônio, a Seguradora realiza o acompanhamento do *stress test*; das perspectivas para inflação, taxa de juros e taxa de câmbio e seus impactos sobre os investimentos da MSS. Assim como o controle pelo modelo VaR (*Value at Risk*), com a manutenção de, no máximo, 0,5% ao dia, com nível de confiança de 99,0%. i) **Análise de sensibilidade:** Os ativos são classificados na categoria disponível para venda. Estes ativos são avaliados com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados, quando aplicável. O teste de sensibilidade demonstra o efeito decorrente da variação das Taxas de Juros e de Inflação no Patrimônio Líquido, nas aplicações financeiras, bem como nas Receitas Financeiras. Como premissa, utilizou-se a variação de 200 bps como intervalo de variabilidade da Taxa Básica de Juros e um intervalo de variabilidade de 200 bps para Inflação, bruto de imposto.

Ativos financeiros	Aumento de 200 bps		Diminuição de 200 bps	
	Saldo Contábil	Impacto no PL	Saldo Ajustado	Impacto no PL
NTN-F	80.921	(4.665)	76.256	5.092
NTN-B	42.631	(2.053)	40.578	1.743
LFT	350.503	3.858	354.361	(3.432)
Quotas de Fundos de Investimento	29.082	280	29.362	(392)

c) Risco de crédito: Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. Através da Política de Investimentos, a Seguradora estabelece limites de exposição ao risco de crédito e realiza o monitoramento para que tais limites não sejam excedidos. Leva-se em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar com suas obrigações, baseando-se no rating de crédito determinado por agências avaliadoras de riscos, sendo Standard & Poor's, Fitch Rating e Moody's e A.M. Best. A Seguradora tem com procedimento efetuar negociações somente com entidades resseguradoras que possuam rating mínimo, observável nas principais agências de rating, superior a "A-" pela Standard & Poor's, "A-" pela A.M. Best ou "A3" pela Moody's Investors Services. Existindo a necessidade de efetuar colocação de risco junto à resseguradores que não atendam aos requisitos mínimos de classificação de rating, tal operação será submetida à aprovação no Comitê de *Underwriting*. A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito junto a resseguradores aos quais a Companhia possui recebíveis em 31/12/2018 e 2017, através da classificação dos saldos a recuperar por rating:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

Rating	2018			2017	
	Local	Admitida	Eventual	Total	Total
AA-	-	14.023	-	14.023	6.667
A+	-	2.606	437	3.043	3.037
A	-	1.619	-	1.619	1.859
A-	36.485	-	-	36.485	24.439
B++	-	-	-	-	12
Sem rating	9.467	-	-	9.467	11.041
	45.952	18.248	437	64.918	47.055

Estão distribuídos no quadro acima os saldos da rubrica "Créditos das operações com resseguradoras" no valor de R\$ 6.674 e os saldos de provisão de sinistros a liquidar junto à resseguradores no valor de R\$ 63.214 (nota 10.1(c)) e sem os valores de IBNER de R\$ 4.970.

5.2. Gerenciamento: a) **Risco financeiro:** A Seguradora realiza a gestão dos ativos e passivos financeiros de modo que não haja descasamento. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. b) **Risco operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Companhia. O gerenciamento do risco operacional contempla o monitoramento dos diversos cenários de exposição a riscos a que a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios e o comportamento da concorrência. Não obstante, neste processo, também estão refletidos os procedimentos mínimos exigíveis para elaboração do Banco de Dados de Perdas Operacionais, exigível a partir da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. Para mitigar o risco de impactos nas demonstrações financeiras por erro ou ineficiência operacional, a Seguradora adotou processo de checagem mensal das operações contabilizadas em Contas de Resultado, através de reuniões específicas com as Áreas de Negócio. Além disso, estabeleceu processo vigoroso de reconciliações contábeis cuja revisão é também obrigatória pelas Áreas de Negócios. c) **Risco de capital:** O gerenciamento de riscos relacionados ao capital alocado na operação ocorre de forma conjunta às definições oriundas do Comitê de *Underwriting* e do Planejamento Estratégico da Seguradora e tem por objetivo otimizar as relações entre crescimento, capital mínimo requerido e patrimônio líquido ajustado. **Patrimônio líquido ajustado:**

	2018	2017
I - Ajustes contábeis:		
Patrimônio líquido	404.237	437.493
Despesas antecipadas	(1.322)	(1.417)
Intangível	(26.715)	(27.337)
CAD não relacionados à PPNG	(2.788)	(182)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	373.412	408.557
II - Ajustes associados à variação dos valores econômicos:		
Superavit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP		
Valor do ajuste	3.124	3.174
PLA Total = PLA + Ajustes associados à variação dos valores econômicos	376.536	411.731
Capital mínimo requerido	79.627	86.902
Suficiência de capital	296.909	324.829

d) **Políticas e estratégias de gerenciamento:** i) **Comitê de Underwriting:** Tem como objetivo a aprovação de alterações relevantes nos produtos comercializados no tocante à precificação, clausulados, critérios de aceitação entre outros assuntos. Também é utilizado para aceitação de riscos complexos ou vultosos, de acordo com o critério vigente de aceitação dos respectivos produtos. Também faz parte do Comitê o monitoramento das carteiras em operação, através de reuniões nas quais demonstram-se os respectivos resultados e cuja realização ocorre periodicamente. Nessas reuniões são avaliados temas, tais como: resultado do mercado naquele ramo de negócio, posicionamento estratégico da Seguradora, bem como resultados auferidos e alterações que sejam necessárias para atingimento dos objetivos anteriormente definidos. ii) **Comitê de Gerenciamento de Risco e Compliance:** Tem por objetivo analisar, discutir e aprovar sobre assuntos relacionados à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação dos riscos identificados nas atividades e em conformidade com os atos legais e regulatórios aplicáveis ao mercado segurador. O Comitê monitora se os planos de ação corretiva estão sendo implementados de acordo com os prazos fixados. iii) **Outras ferramentas de gerenciamento:** Além das políticas e estratégias mencionadas acima, a Seguradora faz uso das ferramentas como "Risk Treatment Plan" e "Risk Register", entre outras, que visam analisar e gerenciar os riscos identificados, o grau de impacto, e o desenvolvimento de planos de ação.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória. CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. IFRS 17 - Contratos de seguros. Em 05/2017, o *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu o IFRS 17 que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2021, contudo, essa norma ainda não foi objeto de normatização por parte do CPC. CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 9. Estabelece princípios para classificação e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

mensuração dos ativos financeiros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2018, com isenção opcional para as entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 17) que será para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2021. A Seguradora não espera que essas novas normas tenham efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção, exceto aos relacionados aos Instrumentos Financeiros e ao IFRS 17 cujos efeitos estão em avaliação.

7. APLICAÇÕES**7.1. Composição**

Categorias	Classe	Taxa de juro			2018		2017		
			Custo atualizado	Valor justo	Ajuste de TVM %	Ganhos/Perdas não realizados	Valor justo	%	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado									
Fundos de investimento DPVAT (a)	Pós-Fixado	CDI	165.465	165.465	25,8	-	-	163.569	25,3
Fundos de investimento (a)	Pós-Fixado	CDI	135.753	135.753	21,2	-	-	126.173	19,5
Outras aplicações (c)			29.082	29.082	4,5	-	-	36.794	5,7
			630	630	0,1	-	-	602	0,1
Disponíveis para venda									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	Pós-Fixado	Selic	471.364	474.055	74,2	2.691	2.691	481.906	74,7
		IPCA	350.562	350.503	54,8	(59)	(59)	388.132	60,1
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (b)	Pós-Fixado	+ 4,65%	41.883	42.631	6,7	748	748	40.688	6,3
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F (b)	Prefixado	9,36%	78.919	80.921	12,7	2.002	2.002	53.086	8,3
Total das Aplicações									
Circulante			636.829	639.520	100,0	2.691	2.691	645.475	100,0
Não circulante				256.511				163.031	
				383.009				482.444	

(a) O valor justo das quotas de fundos de investimento financeiro, não exclusivos, foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Todos os fundos são atrelados à Renda Fixa, sendo que, grande parte de suas carteiras são compostas de Títulos Públicos e Certificados de Depósitos Bancários. (b) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da ANBIMA. (c) Referem-se, basicamente, à participação de investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, registrada ao custo de aquisição. **7.2. Composição por faixa de vencimentos:** As aplicações em títulos e valores mobiliários por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma:

Categorias	2018			2017		
	Sem vencimento ou até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Sem vencimento ou até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimento - DPVAT	165.465	-	165.465	163.569	-	163.569
Fundos de investimento	135.753	-	135.753	126.173	-	126.173
Outras aplicações	29.082	-	29.082	36.794	-	36.794
	630	-	630	602	-	602
Disponíveis para venda						
LFT	91.611	382.444	474.055	-	481.906	481.906
NTN-B	91.611	258.892	350.503	-	388.132	388.132
NTN-F	-	42.631	42.631	-	40.688	40.688
	-	80.921	80.921	-	53.086	53.086
	257.076	382.444	639.520	163.569	481.906	645.475

Em 2018 e 2017, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos. **7.3. Movimentação das aplicações financeiras:**

	2018					
	Quotas de fundos de investimento	LFT	NTN-B	NTN-F	Outras aplicações	Total
Saldo no início do período	162.967	388.132	40.688	53.086	602	645.475
(+) Aplicações	78.787	3.510	-	25.059	-	107.356
(-) Resgates	(87.705)	(64.204)	(2.278)	(6.042)	-	(160.229)
(+) Rendimentos/atualizações	10.786	23.113	3.455	5.999	28	43.381
(+/-) Ajuste TVM	-	(48)	766	2.819	-	3.537
Saldo no final do período	164.835	350.503	42.631	80.921	630	639.520

8. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos, bem como as operações de retrocessão. Os períodos médios de parcelamento são calculados utilizando média ponderada, levando em consideração o montante do prêmio em relação à quantidade de parcelas.

8.1. Composição:

Grupo de ramos	2018			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Período médio de parcelamento
Automóvel	50.725	(15)	50.710	7
Patrimonial	42.884	(1)	42.883	5
Transportes	12.819	(545)	12.274	1
Demais ramos	9.998	(20)	9.978	3
	116.426	(581)	115.845	5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

Grupo de ramos	2017			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Período médio de parcelamento
Automóvel	65.971	(18)	65.953	6
Patrimonial	38.040	(3)	38.037	4
Transportes	13.787	(294)	13.493	1
Demais ramos	9.183	(45)	9.138	3
	126.981	(360)	126.621	5

8.2. Prêmios brutos a receber por vencimento: Os prêmios a receber por faixa de vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

Aging	2018			2017		
	A vencer	Vencidos	Total	A vencer	Vencidos	Total
Até 30 dias	57.540	1.951	59.491	59.935	1.703	61.638
De 31 a 60 dias	19.784	281	20.065	22.574	504	23.078
De 61 a 180 dias	31.290	320	31.610	36.618	341	36.959
Acima de 180 dias	3.974	1.286	5.260	3.607	1.699	5.306
	112.588	3.838	116.426	122.734	4.247	126.981

8.3. Movimentação dos prêmios a receber

	2018	2017
Saldo no início do período	126.621	133.389
(+) Prêmios emitidos	506.593	562.726
(-) Baixas/cancelamentos	(32.185)	(42.469)
(-) Recebimentos	(484.895)	(526.432)
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	23	(1.101)
(+/-) Oscilação cambial	(91)	411
(+/-) Redução ao valor recuperável	(221)	97
Saldo no final do período	115.845	126.621

8.4. Movimentação da redução do valor recuperável: A provisão sobre créditos de liquidez duvidosa para prêmios diretos é constituída com base em percentual obtido através de estudo técnico de perda média histórica aplicada individualmente sobre os prêmios a receber vencidos cuja data de emissão é maior que a data de final de vigência (riscos decorridos), combinado com a constituição dos valores de prêmios pendentes vencidos e sem vigência cuja data de emissão é menor ou igual a data de final de vigência (riscos a decorrer).

	2018	2017
Saldo no início do período	(360)	(457)
(+) Constituições	(406)	(180)
(-) Reversões/baixas	185	277
Saldo no final do período	(581)	(360)

9. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos e de restituição de comissão de cosseguro aceito, bem como, de prêmios a restituir e de sinistros e comissões de cosseguro cedido.

Grupo de ramos	2018			2017		
	Operações com seguradoras	Redução ao valor recuperável	Total líquido	Operações com seguradoras	Redução ao valor recuperável	Total líquido
Patrimonial	2.684	(66)	2.618	1.173	(111)	1.062
Transportes	1.453	(161)	1.292	1.530	(133)	1.397
Demais ramos	123	(51)	72	542	(38)	504
	4.260	(278)	3.982	3.245	(282)	2.963

10. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

10.1. Operações com resseguradoras - ativo - composição:

	2018	2017
Sinistros a recuperar	6.852	10.807
Outros créditos	351	-
Redução ao valor recuperável	(529)	(315)
	6.674	10.492

a) Composição de sinistros a recuperar:

Grupo de ramos	2018				2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Patrimonial	1.348	1.104	8	2.460	5.595	2.370	16	7.981
Transportes	1.130	613	-	1.743	1.197	261	-	1.458
Demais ramos	1.990	642	17	2.649	560	775	33	1.368
	4.468	2.359	25	6.852	7.352	3.406	49	10.807

b) Sinistros a recuperar por tempo de pendência: Os sinistros a recuperar de resseguradoras por faixa de vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

	2018				2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
De 0 a 30 dias	433	443	-	876	732	297	-	1.029
De 31 a 60 dias	695	476	-	1.171	937	369	-	1.306
De 61 a 180 dias	2.193	528	-	2.721	2.791	1.614	6	4.411
Acima de 180 dias	1.148	912	24	2.084	2.893	1.125	43	4.061
	4.469	2.359	24	6.852	7.353	3.405	49	10.807

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

c) Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas:

Grupo de ramos	2018				
	PPNG	PSL	IBNR	Outras Provisões	Total
Patrimonial	21.666	48.727	3.435	1.413	75.241
Transportes	1.146	2.000	1.619	489	5.254
Demais ramos	15.418	12.487	1.958	349	30.212
	38.230	63.214	7.012	2.251	110.707
Circulante	33.322	63.214	7.012	2.251	105.799
Não circulante	4.908	-	-	-	4.908
					2017
Grupo de ramos	PPNG	PSL	IBNR	Outras Provisões	Total
Patrimonial	19.092	32.900	3.364	603	55.959
Transportes	1.014	712	1.618	456	3.800
Demais ramos	5.555	15.464	2.005	1.215	24.239
	25.661	49.076	6.987	2.274	83.998
Circulante	25.657	49.076	6.987	2.274	83.994
Não circulante	4	-	-	-	4

Estão distribuídos dentro dos saldos de PSL os valores de IBNER que estão reduzindo no montante de R\$ 4.970 (2017 - R\$ 12.508).

10.2. Operações com resseguradoras - passivo: Os saldos de operações com resseguradoras - passivo contemplam os prêmios emitidos cedidos em resseguro líquido de comissões a recuperar correspondentes, os prêmios de riscos vigentes e não emitidos, também líquidos das respectivas comissões, que foram cedidos a resseguradoras e os salvados e ressarcimentos que por ventura a Seguradora tenha recuperado e que deverá repassar as resseguradoras.

Grupo de ramos	2018			2017			
	Local	Admitida	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Patrimonial	14.768	4.301	19.069	12.472	3.653	9	16.134
Transportes	3.674	1.211	4.885	4.044	818	-	4.862
Demais ramos	6.088	450	6.538	4.835	309	-	5.144
	24.530	5.962	30.492	21.351	4.780	9	26.140

11. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

O saldo de outros créditos operacionais é composto por:

	2018	2017
Comissões pagas a corretores (*)	10.147	11.812
Créditos a receber DPVAT	60	774
Restituição de comissão	2.132	1.279
Outros créditos	1.642	1.102
	13.981	14.967
Circulante	13.827	14.749
Não circulante	154	218

(*) Refere-se a comissões antecipadas pagas aos corretores após recebimento das parcelas de prêmios.

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

12.1. Composição e movimentação de créditos tributários: A composição e a movimentação dos créditos tributários contabilizados no ativo circulante e no ativo não circulante estão assim representadas:

	2017	Constituição/(Reversão)	2018
PIS e COFINS sobre PSL	2.081	366	2.447
Contribuição social a compensar	8	-	8
PIS e COFINS	10	-	10
Outros créditos tributários e previdenciários	-	20	20
Contribuição social - Medida Provisória nº 2.158-35/01	436	(86)	350
	2.535	300	2.835
Circulante	2.099		2.485
Não circulante	436		350

12.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias: Em 2018, a Seguradora tem base negativa de contribuição social no montante de R\$ 211.558 (2017 - R\$ 177.079) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 164.518 (2017 - R\$ 131.270), a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Os montantes do crédito tributário decorrentes da base negativa de contribuição social, do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias acumulados em 2018 e 2017, não reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Base negativa acumulada de contribuição social	211.558	177.079
Adições temporárias (a)	8.500	5.576
	220.059	182.655
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário de contribuição social	44.012	36.531
Prejuízo fiscal acumulado	164.518	131.270
Adições temporárias (a)	8.500	5.576

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>173.019</u>	<u>136.846</u>
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário de imposto de renda	<u>43.255</u>	<u>34.211</u>
Crédito tributário acumulado não reconhecido contabilmente (b)	<u>87.266</u>	<u>70.742</u>

(a) As diferenças temporárias são formadas basicamente por provisão para riscos de créditos a receber e provisão para contingências.

(b) A Seguradora não constituiu crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, no momento, por não atender às regras requeridas pela SUSEP para sua constituição.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS
13.1. Composição: As comissões e agenciamentos pagos em operações de seguros registradas no circulante e não circulante são diferidas de acordo com os períodos de vigência das apólices. O prazo médio para diferimento é de 12 meses. E estão assim compostas:

Grupo de ramos	2018			2017		
	Comissão	Outros custos	Total	Comissão	Outros custos	Total
Automóvel	28.462	1.787	30.249	30.218	3.756	33.974
Patrimonial	12.469	914	13.383	10.238	364	10.602
Transportes	951	-	951	745	1	746
Demais ramos	1.257	88	1.345	1.143	207	1.350
	<u>43.139</u>	<u>2.789</u>	<u>45.928</u>	<u>42.344</u>	<u>4.328</u>	<u>46.672</u>
Circulante			41.788			43.481
Não circulante			4.140			3.191

13.2. Movimentação

Saldo no início do período	<u>46.672</u>	<u>40.319</u>
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	83.541	92.887
(-) Amortização pelo risco decorrido	<u>(84.285)</u>	<u>(86.534)</u>
Saldo no final do período	<u>45.928</u>	<u>46.672</u>

14. OUTROS VALORES E BENS - BENS À VENDA

14.1. Composição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salvados à venda	3.582	4.693
Redução ao valor recuperável	<u>(573)</u>	<u>(266)</u>
	<u>3.009</u>	<u>4.427</u>

14.2. Outros valores e bens por tempo de permanência: O quadro abaixo demonstra o saldo das contas de bens à venda - salvados, por tempo de permanência: **Tempo de permanência:**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
De 0 a 30 dias	1.502	1.955
De 31 a 60 dias	522	950
De 61 a 180 dias	767	1.237
Acima de 180 dias	<u>791</u>	<u>551</u>
	<u>3.582</u>	<u>4.693</u>

15. IMOBILIZADO

15.1. Composição:				<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos	526	1.336	-	1.862	1.862
Edificações	13.399	1.750	(7.726)	7.423	8.029
Computadores e equipamentos	4.258	-	(3.258)	1.000	1.198
Móveis, máquinas e utensílios	1.739	-	(1.286)	453	522
Veículos	2.394	-	(1.005)	1.389	1.129
Outras imobilizações	1.936	-	(479)	1.457	532
	<u>24.252</u>	<u>3.086</u>	<u>(13.754)</u>	<u>13.584</u>	<u>13.272</u>

Em 2006, os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados. O valor de impostos diferidos está contabilizado na conta "Imposto de renda e contribuição social diferidos", no passivo não circulante, e o valor líquido da reavaliação está registrado na conta "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Reavaliação</u>	<u>Impostos diferidos</u>
Reavaliações	3.086	(987)
	<u>Realização da reavaliação</u>	<u>Líquido</u>
	(893)	1.206
		<u>Líquido</u>
		1.245

15.2. Movimentação

						<u>2018</u>
	Terrenos	Edificações	Computadores e equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Outras imobilizações
Saldo no início do período	1.862	8.029	1.198	522	1.129	532
(+) Aquisições	-	-	234	23	848	1.125
(-) Baixas	-	-	(1)	(2)	(193)	-
(-) Depreciação	-	(606)	(429)	(92)	(395)	(200)
Saldo no final do período	<u>1.862</u>	<u>7.423</u>	<u>1.000</u>	<u>453</u>	<u>1.389</u>	<u>1.457</u>
						<u>13.584</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

16. INTANGÍVEL
16.1. Composição

	2018		2017	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Contratos e licenças de softwares	70.565	(43.850)	26.715	27.337

16.2. Movimentação:

	2018	2017
Saldo no início do período	27.337	22.943
(+) Novos projetos	6.727	10.010
(-) Amortizações	(7.349)	(5.616)
Saldo no final do período	26.715	27.337

17. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar registradas no passivo circulante estão assim compostas:

	2018	2017
Honorários de auditoria	85	184
Participação nos lucros a pagar	1.611	1.422
Salários e gratificação a pagar	1.146	1.010
Fornecedores/Prestadores de serviços	6.162	1.766
Publicações legais	140	123
Outras obrigações a pagar	1.587	998
	10.731	5.503
Circulante	10.191	5.503
Não circulante	540	-

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS
18.1. Composição:

Grupo de ramos	2018						2017					
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
Automóvel	136.948	31.663	3.356	2.783	-	174.750	158.465	33.090	2.377	2.447	-	196.379
Patrimonial	62.598	56.396	4.939	2.082	-	126.015	53.733	38.959	4.782	1.924	998	100.396
DPVAT	-	14.688	120.406	-	562	135.656	-	16.476	108.824	-	703	126.003
Transportes	4.119	6.365	3.815	1.551	-	15.850	3.499	3.893	3.495	1.553	-	12.440
Demais ramos	19.716	22.626	4.721	532	-	47.595	9.086	25.099	3.967	518	-	38.670
	223.381	131.738	137.237	6.948	562	499.866	224.783	117.517	123.445	6.442	1.701	473.888
Circulante	202.555	131.738	137.237	6.948	562	479.040	211.788	117.517	123.445	6.442	1.701	460.893
Não circulante	20.826	-	-	-	-	20.826	12.995	-	-	-	-	12.995

18.2. Movimentação:

	2018					
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras provisões	Total
Saldo no início do período	224.783	117.517	123.445	6.442	1.701	473.888
(+) Constituições decorrentes de prêmios emitidos	437.570	-	-	-	-	437.570
(-) Diferimento de risco decorrido	(439.381)	-	-	-	-	(439.381)
(+) Aviso de sinistros	-	725.263	-	6.962	-	732.225
(+/-) Ajuste de estimativa de sinistros	-	(470.581)	-	(14)	-	(470.595)
(-) Pagamentos	-	(231.537)	-	(6.948)	-	(238.485)
(+) Atualização monetária e juros	459	2.343	-	-	-	2.802
(+/-) Constituições/reversões	(50)	(11.267)	13.792	506	(1.139)	1.842
Saldo no final do período	223.381	131.738	137.237	6.948	562	499.866

18.3. Sinistros a liquidar em juízo: a) Composição: Do montante de PSL de R\$ 131.738 (2017 - R\$ 117.517), R\$ 11.854 (2017 - R\$ 13.563), refere-se a processos controlados/geridos pela Seguradora Líder (DPVAT) e R\$ 34.447 (2017 - R\$ 34.471) referem-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Probabilidade de perda	2018			2017		
	Quantidade	Valor	Valor	Quantidade	Valor	Valor
		de processo reclamado	provisionado	de processo reclamado	provisionado	provisionado
Provável	215	35.896	11.801	210	31.627	13.974
Possível	468	78.324	16.283	428	75.073	14.888
Remota	247	60.151	6.363	215	55.891	5.609
	930	174.371	34.447	853	162.591	34.471

b) Movimentação (*):

	2018	2017
Saldo no início do período	48.034	55.356
(+) Constituições	7.233	15.875
(+/-) Alterações nas estimativas	(6.579)	(19.956)
(-) Pagamentos	(6.360)	(6.591)
(-) Baixas por êxito	(1.006)	(1.744)
(+) Atualização monetária e juros	4.979	5.094
Saldo no final do período	46.301	48.034

(*) Contempla as movimentações oriundas aos processos controlados pela Seguradora Líder (DPVAT). **18.4. Cobertura das provisões técnicas:** Os valores dos ativos vinculados em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Total das provisões técnicas	499.866	473.888
Necessidade de ativos líquidos (*)	15.925	17.191
(-) Ativos de resseguro	(72.477)	(58.337)
(-) Direitos creditórios	(77.545)	(82.186)
(-) DPVAT	(135.657)	(126.004)
Montante a ser garantido (A)	<u>230.112</u>	<u>224.552</u>
Ativos vinculados	514.755	518.700
Garantia das provisões técnicas (B)	<u>514.755</u>	<u>518.700</u>
Excedente (B - A)	<u>284.643</u>	<u>294.148</u>

(*) As Resoluções CNSP nº 321/15 e 343/16 passaram a exigir, a partir de 2014, que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido - CMR.

18.5. Tabela de desenvolvimento de sinistros: a) Sinistros bruto de resseguro - Administrativo:

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano de ocorrência	186.288	132.157	198.906	231.649	188.297	224.585	229.764	
Um ano após a ocorrência	237.584	141.429	222.881	241.144	203.496	241.589		
Dois anos após a ocorrência	236.653	145.065	221.588	243.060	203.152			
Três anos após a ocorrência	244.396	147.831	221.883	244.042				
Quatro anos após a ocorrência	241.874	146.693	221.955					
Cinco anos após a ocorrência	236.788	147.611						
Seis anos após a ocorrência	239.273							
Estimativa corrente em 31/12/2018	<u>239.273</u>	<u>147.611</u>	<u>221.955</u>	<u>244.042</u>	<u>203.152</u>	<u>241.589</u>	<u>229.764</u>	<u>1.527.386</u>
Pagamentos acumulados até 31/12/2018	<u>(236.352)</u>	<u>(141.944)</u>	<u>(220.908)</u>	<u>(243.957)</u>	<u>(202.746)</u>	<u>(239.902)</u>	<u>(161.268)</u>	<u>(1.447.077)</u>
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 31/12/2018	<u>2.921</u>	<u>5.667</u>	<u>1.047</u>	<u>85</u>	<u>406</u>	<u>1.687</u>	<u>68.496</u>	<u>80.309</u>
Outros passivos relacionados (*)								5.126
Total do passivo reconhecido no balanço								<u>85.435</u>

(*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31/12/2011 (R\$ 6.147), DPVAT (R\$ 2.834), retrocessão (R\$ 414) e IBNER (R\$ - 4.269).

b) Sinistros bruto de resseguro - Judicial:

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano de ocorrência		863	378	553	536	479	698	528
Um ano após a ocorrência		3.249	3.360	2.943	2.127	2.353	2.671	
Dois anos após a ocorrência		5.070	4.697	5.241	3.066	2.728		
Três anos após a ocorrência		6.052	7.451	6.974	3.623			
Quatro anos após a ocorrência		7.659	7.361	7.936				
Cinco anos após a ocorrência		6.847	8.047					
Seis anos após a ocorrência		6.996						
Estimativa corrente em 31/12/2018		<u>6.996</u>	<u>8.047</u>	<u>7.936</u>	<u>3.623</u>	<u>2.728</u>	<u>2.671</u>	<u>528</u>
Pagamentos acumulados até 31/12/2018		<u>(4.059)</u>	<u>(2.671)</u>	<u>(3.484)</u>	<u>(1.587)</u>	<u>(1.207)</u>	<u>(774)</u>	<u>(13.869)</u>
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 31/12/2018		<u>2.937</u>	<u>5.376</u>	<u>4.452</u>	<u>2.036</u>	<u>1.521</u>	<u>1.897</u>	<u>441</u>
Outros passivos relacionados (*)								27.643
Total do passivo reconhecido no balanço								<u>46.303</u>

(*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31/12/2011 (R\$ 15.788) e DPVAT (R\$ 11.855).

c) Sinistros líquido de resseguro -

Administrativo:

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano de ocorrência	126.746	113.275	142.864	158.106	171.777	206.170	191.420	
Um ano após a ocorrência	135.700	123.810	153.935	168.269	184.842	221.083		
Dois anos após a ocorrência	135.882	124.329	155.791	169.284	185.234			
Três anos após a ocorrência	135.972	124.829	156.515	169.715				
Quatro anos após a ocorrência	136.138	125.125	156.505					
Cinco anos após a ocorrência	136.416	125.490						
Seis anos após a ocorrência	137.162							
Estimativa corrente em 31/12/2018	<u>137.162</u>	<u>125.490</u>	<u>156.505</u>	<u>169.715</u>	<u>185.234</u>	<u>221.083</u>	<u>191.420</u>	<u>1.186.609</u>
Pagamentos acumulados até 31/12/2018	<u>(136.290)</u>	<u>(125.205)</u>	<u>(156.290)</u>	<u>(169.658)</u>	<u>(185.072)</u>	<u>(219.788)</u>	<u>(156.045)</u>	<u>(1.148.348)</u>
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 31/12/2018	<u>872</u>	<u>285</u>	<u>215</u>	<u>57</u>	<u>162</u>	<u>1.295</u>	<u>35.375</u>	<u>38.261</u>
Outros passivos relacionados (*)								(4.881)
Total do passivo reconhecido no balanço								<u>33.380</u>

(*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31/12/2011 (R\$ 1.110), DPVAT (R\$ 2.834), retrocessão (R\$ 414) e IBNER (R\$ -9.239).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

d) Sinistros líquido de resseguro - Judicial:	Data de ocorrência do sinistro							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Desenvolvimento dos sinistros								
No ano de ocorrência	863	373	538	535	476	666	528	
Um ano após a ocorrência	3.118	2.463	2.558	1.953	2.323	2.572		
Dois anos após a ocorrência	4.729	3.339	4.478	2.852	2.696			
Três anos após a ocorrência	5.461	4.471	4.726	3.372				
Quatro anos após a ocorrência	6.827	4.348	5.170					
Cinco anos após a ocorrência	6.605	4.484						
Seis anos após a ocorrência	6.714							
Estimativa corrente em 31/12/2018	6.714	4.484	5.170	3.372	2.696	2.572	528	25.536
Pagamentos acumulados até 31/12/2018	(3.931)	(2.299)	(3.234)	(1.583)	(1.200)	(713)	(87)	(13.047)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 31/12/2018	2.783	2.185	1.936	1.789	1.496	1.859	441	12.489
Outros passivos relacionados (*)								22.655
Total do passivo reconhecido no balanço								35.144

(*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31/12/2011 (R\$ 10.800) e DPVAT (R\$ 11.855).

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros são compostos, principalmente, pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Os montantes apresentados por faixa de idade estão assim distribuídos:

	2018				2017			
	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Total	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Total
Prêmios antecipados	192	10	116	318	406	13	279	698
Prêmios e emolumentos	1.973	19	16	2.008	491	19	42	552
Outros depósitos	91	3	26	120	8	-	-	8
	2.256	32	158	2.446	905	32	321	1.258

20. OUTROS DÉBITOS - DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAISA Seguradora avaliou suas provisões judiciais, de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25 referendado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. **20.1. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda:**

	2018		2017			
	Provável		Possível			
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade		
Trabalhistas (a)	3.059	12	162	3	3.221	1.888
Cíveis (b)	93	7	32	14	125	204
	3.152	19	194	17	3.346	2.092

a) Provisões trabalhistas: A Seguradora é parte em algumas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas. **b) Provisões cíveis:** São ações impetradas e não relacionadas a sinistros, em conformidade com o Manual de Procedimentos adotado pela Seguradora. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

20.2. Movimentação

	2018			2017		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do período	1.888	204	2.092	783	250	1.033
(+) Constituições/atualização monetária	572	81	653	879	71	950
(+/-) Alterações nas estimativas	900	(49)	851	312	12	324
(-) Baixas/Pagamentos	(139)	(111)	(250)	(86)	(129)	(215)
Saldo no final do período	3.221	125	3.346	1.888	204	2.092

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 619.757, representado por 290.180.641 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal em 31/12/2018 e 2017. A Reserva de Reavaliação é constituída por reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º/01/2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários. Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 7, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável. A Distribuição de Dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Em função da Seguradora apresentar prejuízo acumulado, não foram propostos dividendos no exercício findo em 31/12/2018.

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**22.1. Informação por segmento de negócio:**

Grupo de ramos	2018						
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos cedidos (resseguro)	Resseguro %	Sinistros ocorridos	Sinistralidade - %	Custo de aquisição	Comissão - %
Automóvel	258.197	(700)	0,3	(184.895)	71,6	(56.162)	21,8
DPVAT	35.303	-	-	(28.728)	81,4	(426)	1,2
Patrimonial	92.777	(41.540)	44,8	(42.438)	45,7	(19.602)	21,1
Transportes	53.543	(10.551)	19,7	(26.316)	49,1	(11.500)	21,5
Demais ramos	33.800	(13.231)	39,1	(15.284)	45,2	(5.350)	15,8
	473.620	(66.022)	13,9	(297.661)	62,8	(93.040)	19,6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

Grupo de ramos	2017						
	Prêmios ganhos cedidos	Prêmios ganhos (resseguro)	Ressegurado %	Sinistros ocorridos	Sinistralidade - %	Custo de aquisição	Comissão - %
Automóvel	288.424	(702)	0,2	(201.410)	69,8	(58.206)	20,2
DPVAT	45.259	-	-	(38.259)	84,5	(537)	1,2
Patrimonial	78.257	(33.498)	42,8	(20.249)	25,9	(16.200)	20,7
Transportes	50.181	(10.165)	20,3	(21.416)	42,7	(11.787)	23,5
Demais ramos	28.693	(10.522)	36,7	(14.391)	50,2	(4.682)	16,3
	490.814	(54.887)	11,2	(295.725)	60,3	(91.412)	18,6
22.2. Prêmios emitidos:						2018	2017
Prêmios emitidos						454.536	467.692
Prêmios emitidos - DPVAT						35.461	45.474
Cosseguero aceito de congêneres						22.474	26.766
Custo inicial de contratação (*)						(301)	31.317
Prêmios cancelados/restituídos						(34.885)	(53.154)
Cosseguero cedido de congêneres						(4.556)	(7.631)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos						23	(1.101)
						472.752	509.363
(*) A partir de 1º de janeiro de 2018, em atendimento a Circular SUSEP nº 543/16, a parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação deixou de ser deduzida da base de cálculo da PPNG. Os valores registrados em 2018 referem-se a cancelamentos de apólices emitidas até 31/12/2017 que possuíam o registro dos custos iniciais de contratação.							
22.3. Sinistros ocorridos:						2018	2017
Sinistros avisados						(266.549)	(255.194)
Sinistros - DPVAT						(29.337)	(37.255)
Assistência 24 horas						(39.543)	(39.853)
Salvados e ressarcimentos						29.599	37.293
IBNR e PDR						6.707	(1.799)
IBNR - DPVAT						609	(1.003)
Recuperação de sinistros						853	2.086
						(297.661)	(295.725)
22.4. Custos de aquisição:						2018	2017
Comissão sobre prêmio emitido						(79.183)	(86.255)
Assessoria e agenciamento						(8.146)	(7.555)
Inspeção de risco						(2.864)	(4.324)
Recuperação de comissão						693	923
Outras despesas de comercialização						(3.298)	-
Varição da despesa de comercialização diferida						(242)	5.799
						(93.040)	(91.412)
22.5. Outras receitas e despesas operacionais:						2018	2017
Outras despesas operacionais - DPVAT						(3.961)	(4.829)
Despesas com apólices						(7.388)	(8.544)
Despesas com agenciamento e assessorias						(258)	(2.750)
Despesas com cobrança						(2.165)	(1.826)
Provisão para riscos sobre créditos						(666)	109
Outras receitas/despesas operacionais						(4.805)	(6.843)
						(19.243)	(24.683)
22.6. Resultado com operações de resseguro:						2018	2017
Recuperação de sinistros						43.624	18.042
Prêmios de resseguro cedido - RVNE						108	771
Salvados e ressarcimentos						(3.847)	(5.247)
Outras receitas/despesas						351	2
Varição da provisão de IBNYR e IBNER						(7.541)	951
Varição das provisões técnicas de prêmios						12.953	(10.583)
Prêmios de resseguro cedido						(79.050)	(45.074)
						(33.402)	(41.138)
22.7. Despesas administrativas:						2018	2017
Pessoal próprio						(59.419)	(55.556)
Serviços de terceiros						(9.117)	(8.732)
Localização e funcionamento						(16.120)	(14.076)
Publicidade e propaganda						(1.384)	(643)
Despesas administrativas - DPVAT						(4.176)	(3.021)
Outras despesas administrativas						(2.426)	(1.038)
						(92.642)	(83.066)
22.8. Despesas com tributos:						2018	2017
PIS e COFINS						(10.877)	(10.237)
Impostos federais sobre remessa - resseguro						(458)	(240)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017

(Valores em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contribuição sindical	(200)	(311)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.597)	(1.164)
Outros tributos	(459)	(397)
	<u>(13.591)</u>	<u>(12.349)</u>

22.9. Resultado financeiro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	32.567	48.343
Receitas com títulos de renda fixa - privados	2.255	2.988
Receitas com operações de seguros	4.089	5.934
Receitas financeiras - DPVAT	343	284
Juros e correção monetária - sinistros	(2.987)	(1.779)
Outras receitas (despesas) financeiras	(663)	187
	<u>35.604</u>	<u>55.957</u>

22.10. Imposto de renda e contribuição social:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízo antes do imposto, líquido de participações	(36.824)	(36.824)	1.157	1.157
Adições	20.504	19.868	13.990	13.001
Exclusões	(16.907)	(16.907)	(12.112)	(12.112)
Prejuízo Fiscal	(33.227)	(33.863)	3.035	2.046
Compensação Prejuízos Fiscais	-	-	(910)	(613)
Base do IR e CSLL	(33.227)	(33.863)	2.125	1.433
Imposto de renda e Contribuição social	-	-	(507)	(286)
(-) Outros	-	-	(34)	(211)
Total de imposto de renda e Contribuição social	-	-	(541)	(497)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de março de 2018, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria em 2018 foi de R\$ 5.000 (2017 - R\$ 5.000). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas a seguir:

<u>Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (Controladora)</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos - Operações com resseguradoras	1.048	1.090
Ativos - Títulos e créditos a receber	278	255
Passivos - Operações com resseguradoras	4.004	3.419
Receitas - Recuperação de indenização	295	3.646
Despesas - Prêmios de resseguros cedidos	1.718	3.763

Participação Acionária

<u>Mitsui Sumitomo Seguros S.A.</u>	<u>Quantidade Ações</u>	<u>%</u>
	290.180.641	100,00
Mitsui Sumitomo Insurance Company Limited	290.135.580	99,98
Outros	45.061	0,02
<u>Mitsui Sumitomo Insurance Company Limited</u>	<u>Quantidade Ações</u>	<u>%</u>
Ms&Ad Insurance Group Holdings, Inc.	1.404.402.464	100,00

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1. Cobertura de seguros: A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A Administração compreende como suficiente as coberturas de seguros (responsabilidade civil, empresarial e danos) vigentes em 31 de dezembro de 2018 que possui um montante total coberto de R\$ 121.783.

DIRETORIA

Masayuki Nagano

Diretor Presidente

Hélio Hiroshi Kinoshita

Diretor Vice-Presidente

Eliane Caetano Setti Riedel

Diretora

Giuliano Vicente Borro

Diretor

Ichiro Iwabuchi

Diretor

Takuya Ito

Diretor

CONTADOR

Luiz Akio Morikawa
CRC 1SP158630/O-3

ATUÁRIO

Gustavo Genovez
MIBA 1197

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. - São Paulo - SP - **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

Correspondência dos Quadros Estatísticos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03
CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944

Deloitte.

Anexo I

Demonstrativo do Parecer dos Atuários Independentes

1. Demonstrativo dos limites de retenção (Valores expressos em R\$)	2018	2017
Ramo 0542	200.000	200.000
Ramo 0929	500.000	500.000
Ramos 0115; 0171; 0621; 0622; 0652; 0654; 0655; 0656; 0981; 0982; 0993;1381	1.000.000	1.000.000
Ramos 0114; 0116; 0118; 0141; 0167; 0520; 0531; 0553; 0632; 0746; 1417	2.000.000	2.000.000
Ramos 0196; 0351	2.500.000	2.500.000
Ramos 1734; 0234	4.000.000	4.000.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

